

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 577 - Brasília, sexta-feira, 31 de outubro de 1997



Arruda, líder do governo, defende aprofundamento das reformas constitucionais...



...cujo atraso Jáder, líder do PMDB, não aceita que seja atribuído ao Congresso



Suplicy vê o desemprego também como ponto vulnerável da economia brasileira



Diante das informações desencontradas, Pedro Simon quer ouvir o Banco Central

## Senadores debatem a crise e o ritmo das reformas

*Arruda defende bases permanentes para o Real, Jáder não aceita que se coloque culpa no Congresso e Simon requer a convocação de Gustavo Franco. Suplicy pede determinação na busca do desenvolvimento*

**Cabral vê pouco avanço na ecologia**

Países que participaram da Eco-92 ainda não chegaram a um consenso sobre que gases poluentes devem ter produção limitada, diz senador. **Página 3**

A principal lição a ser tirada da crise nas bolsas de valores é que o Brasil precisa avançar nas reformas constitucionais, afirmou ontem no plenário o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda. Já o líder do PMDB, senador Jader Barbalho, não aceita que se coloque, "de forma simplória e simplista", a culpa pela crise no Congresso. "Este Congresso tem aprovado todas as emendas constitucionais propostas pelo governo", observou. O senador Pedro Simon, por sua vez, encaminhou ontem requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos convocando o presidente do Banco Central, Gus-

tavo Franco, para prestar esclarecimentos sobre os gastos de divisa para fazer frente à crise.

O senador Eduardo Suplicy afirmou que a mesma determinação demonstrada pelo governo no episódio da crise das bolsas de valores deveria ser aplicada na erradicação do trabalho infantil, no qual estão envolvidas 2,6 milhões de crianças brasileiras. Ele entende que um governo que pôde destinar US\$ 4,7 bilhões das reservas do país para enfrentar uma crise como essa deve ter condições de formular políticas para um desenvolvimento mais acelerado da economia nacional. **Páginas 4 e 5**

**Omissão de prefeito pode ser punida**

Autoridade que se omitir diante de alertas da Defesa Civil deve ter punição rápida e efetiva, sugere comissão do Senado que estudou *El Niño*. **Página 6**

# Francelino destaca homenagem a Flecha

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) destacou a homenagem que seria prestada ontem, em Nova York, ao embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, que receberia da Câmara de Comércio Brasil/Estados Unidos o título de "Homem do Ano".



Francelino: competência na diplomacia

Para o senador, é justo o reconhecimento do trabalho desse "autêntico empreendedor da diplomacia brasileira, que, nas últimas duas décadas, foi participante ativo das transformações nas relações do Brasil com o resto do mundo e "arregaçou as mangas em busca de negócios, integrando o país ao mercado

mundial".

- O êxito da recente visita do presidente Clinton ao Brasil, inicialmente cercada de grandes reservas, mas de resultado prático importante, deve-se à eficácia da ação de nossa embaixada em Washington, comandada por Flecha de Lima

- comentou o senador.

Francelino enfatizou que, na ocasião, o presidente dos Estados Unidos admitiu a importância do Mercosul e "decidiu marcar a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) pelo ritmo mais conveniente ao Brasil".

Francelino também ressaltou a "inegável habilidade e competência" do embaixador em administrar os conflitos entre o Brasil e os dois grandes mercados mundiais - Europa e Estados Unidos -, buscando sempre a conciliação e defendendo os interesses nacionais à frente das embaixadas brasileiras em Londres e, atualmente, Washington.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Segunda-feira (3.11.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (04.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Projeto de Resolução nº 110/97, denega autorização ao município de Goio-Erê para contratar operação de crédito junto ao Banco do Paraná S.A., no valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil e duzentos reais, cujos recursos seriam destinados a obras de infraestrutura urbana, bem como à aquisição de terrenos que seriam doados à Companhia de Habitação do Paraná; "Projeto de Resolução nº 137/97, autoriza o estado da Bahia a conceder garantias às operações de crédito a serem contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, junto às instituições de crédito oficiais; "Requerimento nº 856/97, do senador Wilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução 50/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "Requerimento nº 857/97, do senador Wilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 80/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "Requerimento nº 858/97, do senador Wilson Kleinübing, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 115/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "PDL nº 72/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Italiana; "PDL nº 73/97, aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos e de Cobertura Jornalística, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Coréia; "PDL nº 75/97, aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho; "PDL nº 76/97, aprova o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção; "PDL nº 87/97, aprova o texto do Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos, relativo ao exercício de ativi-

dades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático consular, administrativo e técnico; "PDL nº 88/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos; e "PDL nº 89/97, aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais

Quarta-feira (5.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 25/97, que trata da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF

Quinta-feira (6.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 21/96, torna obrigatória a impressão, nas bulas dos medicamentos que especifica, de advertência aos fumantes sobre os riscos do tabagismo em relação a determinadas patologias; "PLC nº 39/96 (tramitando em conjunto com o PLS nº 44/96), acrescenta parágrafos ao art. 928 da Lei nº 5.869/73 - Código de Processo Civil; "PLS nº 44/96 (tramitando em conjunto com o PLC nº 39/96), altera os arts. 925 e 928 do Código de Processo Civil; "PLC nº 10/97, revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 - Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher; "PLS nº 313/95, regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informações destinada ao consumidor brasileiro; e "PLS nº 246/96, dispõe sobre a conciliação, mediação e arbitragem nos dissídios individuais de natureza trabalhista

Sexta-feira (7.11.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### COMISSÕES

Terça-feira (04.11.97)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública sobre a regulamentação dos planos e seguros privados de saúde. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (5.11.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 06/96, altera a redação do caput e do parágrafo 1º do artigo 14 da Constituição federal, tornando facultativo o voto; "PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; e "PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

## Benedita vê emergência chinesa desafiando o poderio norte-americano

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) admitiu a hipótese, que vem sendo levantada por alguns analistas, de que a China poderá substituir os Estados Unidos como país mais poderoso do planeta. Ela destacou a visita do presidente chinês, Jiang Zemin, ao presidente americano, Bill Clinton, e argumentou que o maior país socialista do mundo está se tornando cada vez mais forte em razão de seu extraordinário crescimento e desenvolvimento econômico, de 11% em média nos últimos 15 anos.

Ela lembrou que a visita de Jiang Zemin aos EUA tem o objetivo de torná-lo respeitado e integrado à comunidade internacional de líderes. O presidente chinês também visa, segundo a senadora, obter financiamentos internacionais para reformas que está implantando, além de pretender que a China seja ouvida nas questões diplomáticas importantes.

Para Benedita da Silva, o presidente americano, por sua

vez, tem consciência de que os Estados Unidos não podem aplicar políticas de contenção com relação à China, pois reconhecem a importância de cooperar com aquele país e seu colossal mercado consumidor. A seu ver, os norte-americanos precisam equilibrar o déficit comercial que têm com a China, no valor de US\$ 44 bilhões.

- Sendo assim, em que pese às inúmeras críticas àquele país continental - mão-de-obra barata, políticas repressoras (notadamente com relação ao Tibete), a questão dos direitos humanos e o regime político - os Estados Unidos estão propondo um relacionamento "construtivo" para ambas as nações. Estão fazendo jus à máxima que se lê nas paredes dos escritórios públicos norte-americanos: "Entre países não há amizade e sim interesses". Esta frase dá o tom da diretriz adotada em política internacional pelos Estados Unidos - disse a senadora.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Reunião prevista para o Japão trará à baila as questões que preocupavam o mundo inteiro na Eco-92, lamenta o senador, temendo pelas próximas conclusões

## Cabral: dilema ambiental é o mesmo de 92

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lamentou ontem, em plenário, que às vésperas da Conferência Mundial sobre o Clima, programada para dezembro, na cidade japonesa de Kyoto, os países que participaram da Eco-92, no Rio de Janeiro, ainda não tenham chegado sequer a um consenso sobre quais gases poluentes devem ter a produção limitada. Esses países têm propostas muito diferentes sobre a redução que deve acontecer na emissão de poluentes.

A União Européia propõe a redução de 15% na emissão de poluentes até o ano 2010, de maneira linear, o que é recusado pelos EUA, Canadá, Austrália, Japão e até mesmo os Estados Árabes, sem falar nos países em desenvolvimento que teriam sua industrialização sufocada, entre eles o Brasil - disse.



Cabral: de todos, só Alemanha e Inglaterra tomaram providências contra o efeito estufa

Bernardo Cabral observou que as divergências são tantas que até o presidente Bill Clinton manifestou em sua recente visita ao Brasil, em conversa reservada com o presidente Fernando Henrique Cardoso, uma posição diferente dos empresários norte-americanos. De positivo, conforme o senador, há a

consciência em todo o mundo de que alguma coisa tem de ser feita para conter a emissão de gases na atmosfera e, por consequência, o efeito estufa.

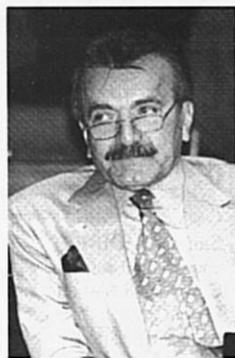
Na Eco-92, lembrou Cabral, os países industrializados se comprometeram a não ultrapassar os níveis de poluição da atmosfera existentes em

1990. "Apenas a Alemanha e a Inglaterra realmente modificaram suas matrizes energéticas e reduziram suas emissões poluentes de 1990 para cá", informou o senador.

Os países não tomam medidas efetivas e nem chegam a um consenso porque "os interesses envolvidos são inimagináveis", segundo Bernardo Cabral.

A limitação de poluentes implica mudanças profundas nos fatores de produção. "Obrigando o homem a repensar os métodos de geração de riquezas, com consequências diferenciadas em cada continente e país do planeta".

Apesar das dificuldades, o senador espera que em Kyoto os chefes de governo evitem "a chamada marcha da insensatez" e encontrem soluções para que sejam mantidas as condições de vida na terra.



Odacir: boa iniciativa da Embrapa

## Odacir Soares enfatiza relevância de workshop

O senador Odacir Soares (PFL-RO) destacou a importância da realização do Workshop Internacional sobre Políticas Prioritárias para a Agricultura Familiar na Amazônia Ocidental, promovido recentemente pela Embrapa, em Rio Branco, no Acre.

Disse o senador que o objetivo central do encontro foi o de apresentar para os interessados os resultados das pesquisas feitas sobre o perfil socioeconômico e agroambiental dos pequenos produtores que trabalham com a família, no âmbito dos projetos Pedro Peixoto, no Acre, e Theobroma, em Rondônia.

Conforme Odacir Soares, as discussões abordaram o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a redução da pobreza. No primeiro dia do evento, o presidente da Embrapa, Alberto Duque Portugal, falou sobre a agricultura brasileira e o papel por ela desempenhado na Amazônia.

O senador informou que o workshop contou com a participação dos centros de pesquisas agroflorestais de Rondônia e do Acre, em conjunto com o Instituto Internacional de Pesquisas em Políticas Alimentares, sediado em Washington (EUA), com o qual a Embrapa vem desenvolvendo pesquisas nos referidos estados.

## Rocha anuncia mudanças no projeto dos planos de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ontem que pretende, por supressão, promover alterações no projeto de regulamentação dos planos de saúde, do qual é relator na Comissão de Assuntos Sociais.

Entre as propostas que pretende apresentar, citou a extinção da exigência de carência de três dias para urgência e emergência, a ampliação da cobertura do Plano Referência e do Plano Hospitalar, incluindo alta complexidade, transplantes, medicamentos importados não-nacionalizados, medicamentos para tratamento ambulatorial, prótese para fins de reabilitação e, também, nos casos de cataclismo,

guerras e epidemias.

Rocha disse que há um questionamento sobre a punição das empresas que não prestarem os serviços de acordo com a nova lei. Na sua opinião, "a punição prevê multa e suspensão", penalidades que não correspondem ao clamor dos consumidores, que as consideram brandas por demais.

### FUNDO

O senador informou ainda que pretende sugerir, numa nova proposta, uma vez que isso não pode ser feito por supressão, a criação de um fundo constituído com recursos dessas empresas prestadoras dos serviços de saúde - e não recursos públicos - para socorrer empresas que tivessem um custo mais alto nas doenças de alta comple-

Rocha: penalidades não correspondem ao clamor público



xidade, como transplantes em geral e casos de doenças preexistentes.

- Seria um fundo garantidor da saúde complementar e com ele teríamos também uma segurança para o usuário, no sentido de que, se uma empresa viesse a falir, ele não ficaria sem atendimento, depois de ter pago o seu benefício - explicou.

Outra sugestão de Sebastião Rocha é a tramitação, em conjunto, dos projetos que existem no Senado sobre os planos de saúde. Ele disse que poderia ser apresentado um texto único que contemplas-

se esses aspectos de criação do fundo, do contrato mínimo de adesão com cláusula indenizatória para substituir as carências.

Em aparte, o senador Odacir Soares (PFL-RO) disse que o trabalho de Sebastião Rocha é uma tarefa árdua, principalmente quando se trata de compatibilizar a prestação do serviço com o valor cobrado pelo benefício. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o SUS é um sistema injusto porque a maioria dos seus recursos fica nas regiões metropolitanas.

## Pedro Simon requer a convocação de Franco

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) encaminhou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos requerimento de convocação do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, para prestar esclarecimentos sobre os gastos de divisa decorrentes das oscilações das bolsas de valores no Sudeste Asiático e seus reflexos sobre as Bolsas do mundo, em especial a de São Paulo.

- A situação hoje continua tensa. As declarações são contraditórias, os valores envolvidos são os mais disparatados, variando conforme a fonte, o dia e a hora. Fica evidente nossa obrigação inalienável, como representantes do povo e fiscais dos atos do governo, de buscar informações e de tomar atitudes que evitem ou minimizem os prejuízos que, certamente, já se verificaram e ainda advirão desses fatos - afirmou.

Na justificativa do requerimento, Simon lembra que, em virtude dos ataques especulativos dos investidores nas bolsas asiáticas, a Bolsa de Nova York teve seu pregão suspenso, pela primeira vez na história, e as bolsas do Rio de Janeiro e de São Paulo adiaram ou suspenderam seu pregão por diversas vezes.

*Real precisa de bases permanentes, alerta Arruda. Simon deseja ouvir esclarecimentos do Banco Central e Suplicy cobra desenvolvimento*

# Para Arruda, crise nas bolsas mostra necessidade de reformas

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) considerou ontem que a principal lição a ser tirada da crise nas bolsas é que o Brasil precisa avançar nas reformas constitucionais. A seu ver, o Plano Real mostrou-se forte diante da situação, mas é necessário dar bases permanentes a ele, principalmente em relação ao déficit público.

- Uma economia estável, como é a nossa hoje, com índices de inflação de países desenvolvidos, é uma proteção importante para os choques externos, inclusive os especulativos. No entanto, não dá para sair desta crise esquecendo que a estabilização econômica está baseada em mecanismos provisórios e, por isso, devemos votar as reformas, em especial a tribu-



Arruda: política de FHC não é a de Menem

tária - afirmou.

Na opinião de Arruda, o Brasil mostrou, nesta crise, que possui credibilidade no mercado internacional. "Grande parte dos investimentos que voltaram para o país deve-se à nossa inserção

na economia mundial", ponderou o senador, assinalando que o Brasil perdeu cerca de R\$ 3 bilhões em virtude do problema, mas parte desse valor deverá ser recuperado.

Comentando o discurso proferido anteriormente pelo senador Pedro Simon, Arruda discordou que o presidente da Argentina, Carlos Menem, e o presidente Fernando Henrique Cardoso têm políticas semelhantes (veja matéria na página 5). No seu entender, o populismo do presidente argentino assemelha-se mais a políticos como os ex-governadores de São Paulo Adhemar de Barros e Orestes Quércia.

Em apartes, Ramez Tebet

(PMDB-MS), também reportando-se ao pronunciamento de Simon, lamentou que esteja "valendo tudo" nas alianças eleitorais e defendeu uma reforma política. Já Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou que é muito difícil para o seu partido decidir logo se terá candidatura própria ou se apoiará a reeleição de Fernando Henrique.

Por sua vez, Pedro Simon informou que requereu a convocação do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, para debater a crise nas bolsas (veja matéria ao lado). E Eduardo Suplicy frisou que o seu partido propôs uma reforma tributária e, por isso, não se pode atribuir à oposição a não-votação das reformas.

## Suplicy: falta fazer o dever de casa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que a mesma determinação demonstrada pelo governo no episódio da crise das bolsas de valores deveria ser aplicada na erradicação do trabalho infantil, no qual estão envolvidas 2,6 milhões de crianças brasileiras. Ele entende que um governo que pôde destinar US\$ 4,7 bilhões das reservas do país para enfrentar uma crise como essa deve ter condições de formular políticas para um desenvolvimento mais acelerado da economia nacional.

Na opinião de Suplicy, enquanto o presidente dos Estados Unidos pode garantir a saúde da economia norte-americana, as autoridades brasileiras não podem fazer o mesmo. Prova disso, assina-

lou, é que 1,4 milhão de pessoas estão desempregadas só em São Paulo.

- A economia brasileira se encontra particularmente vulnerável. Se é fato que a inflação diminuiu consideravelmente para o patamar de 4% ao ano, os indicadores de desequilíbrio externo, sobretudo refletidos no déficit de conta corrente, denotam que os efeitos da persistente valorização relativa ao real estão a causar problemas para a nossa economia - advertiu.

As taxas de crescimento da economia e de desemprego no Brasil, conforme Suplicy, mostram que o país está crescen-

do aquém da sua potencialidade, "gerando muito menos emprego, quando tem a ur-



Suplicy: economia fraca e pouco emprego

te necessidade de prover oportunidades de trabalho a todos os brasileiros".

Segundo o senador, o défi-

cit da balança comercial acumulada até setembro quase quadruplicou em relação a igual período de 1996. Em consequência, observou, o déficit em conta-corrente, medido em 12 meses, bateu novo recorde, passando de US\$ 17,3 bilhões em setembro de 1996 para US\$ 33,3 bilhões em setembro de 1997.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) apoiou o discurso de Suplicy, destacando que a estabilidade da economia americana deve-se tanto ao fim da União Soviética, "porque com isso os Estados Unidos passaram a ter domínio político, militar e econômico sobre toda humanidade", quanto à guerra do Iraque, "porque a economia americana é sustentada em cima de energia e petróleo".

Líder do PMDB lembra que Legislativo aprovou todas as reformas propostas pelo governo, inclusive da área econômica

## Jáder reage: Congresso nada tem a ver com crise

O senador Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado, afirmou ontem, em plenário, que não aceita a colocação de culpa no Congresso, "de forma simplória e simplista", pela crise que afetou as bolsas de valores do Brasil. "Este Congresso tem aprovado todas as emendas constitucionais propostas pelo governo, inclusive da área econômica", assinalou.

Depois de ler algumas manchetes de jornais onde o presidente da República cobra do Congresso pressão na votação de reformas, o líder peemedebista lembrou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou recentemente que os acontecimentos da Ásia não teriam reflexo no Brasil.

- Eu estava certo de que o ministro da Fazenda estava correto. Mas agora, lendo os jornais, tomo conhecimento de que faço parte de uma instituição que é responsável, porque não aprova as reformas, pela



Jáder: "Vamos acabar com essa história"

queda da Bolsa de Valores em São Paulo - disse Jáder Barbalho. E acrescentou: "Vamos acabar com essa história, porque senão, ao final, o Congresso também ficará sendo o responsável - se bobearmos - pela queda da Bolsa de Hong Kong, e não apenas pela de São Paulo. Já estou farto de ouvir essa lenga-lenga de que tudo o que vai mal é culpa do Congresso".

O senador fez um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos, e ao presidente da Câmara, Michel Temer, para que estabeleçam uma pauta de votação que inclua as reformas que faltam. "Vamos

trabalhar todo dia, aos sábados, aos domingos, aos feriados, para resolver essa questão. Não quero sair às ruas e ser visto como responsável pela queda da bolsa paulista, responsável pelos US\$ 5 bilhões que o país teve de gastar em 24 horas."

Ao apoiar requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para convocar o presidente do Banco Central a explicar ao Senado o que o Brasil pode fazer para defender sua moeda, Jáder Barbalho previu que os prejuízos não ficarão apenas com os investidores, mas também com o Tesouro do país. "Se forem US\$ 4 bilhões ou US\$ 5 bilhões, é algo importante. São quase duas vezes o Rio Doce!"

Entre os prejuízos imediatos para os brasileiros, o líder do PMDB lembrou o aumento das taxas de juros para os consumidores. Para ele, o governo sabe muito bem que o processo de globalização pode provocar crises como a de agora. "A queda da Bolsa de Hong Kong prova que, no processo de globalização, ninguém está isento de ser afetado, em nenhuma parte do mundo."



Pedro Simon aponta "quadro muito feio" na oposição

## Simon estranha Lula e Orestes Quéricia se entendendo sobre 98

Ao analisar a situação das oposições com vistas às eleições de 1998, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou ontem que "o quadro está muito feio", particularmente devido à notícia de que Lula está buscando um entendimento com o ex-governador de São Paulo, Orestes Quéricia. Para o senador, tal aproximação não se dá após comprovação de que "Quéricia é um homem honesto" e, desse modo, estariam errados todos os seus críticos, aí incluídos o PT e o próprio senador, entre outros.

Por outro lado, Simon destacou que o PT tem-se comportado com vaidade e falta de grandeza. OPT "andava de mãos dadas com Ciro Gomes" em reuniões internacionais de partidos de esquerda, afirmou, e, quando o ex-governador do Ceará "teve a coragem de abandonar o PSDB pelo PPS" e lançar sua candidatura à Presidência da República, "de repente ele não vale nada para o PT". O PT também estaria vetando o nome de Itamar Franco, admitindo apenas o do senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Simon também salientou o esforço de Leonel Brizola no sentido de encontrar uma solução para as oposições, lançando a candidatura Lula e oferecendo-se como vice. O líder do PDT não teria obtido nenhuma resposta

petista, segundo o senador.

Esse quadro, na opinião de Simon, é muito diferente do que deu a vitória às oposições contra Carlos Menem na Argentina, unidas em grande entendimento numa disputa que envolveu duas candidaturas femininas, demonstração do inegável avanço da participação das mulheres na política argentina.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Quéricia, como presidente do PMDB paulista, foi convidado pelo presidente regional do PT para integrar manifestação contra o desemprego. Conforme disse, Lula admitiu dialogar com o PMDB, mencionando que haveria aproximação com este partido caso Requião fosse o indicado para concorrer às eleições presidenciais.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS), por sua vez, assegurou que se não houver uma ampla composição entre as esquerdas, isso não se deverá nem ao PDT nem a Brizola, que já deram todos os sinais de que buscam a união. Ela concordou com Simon sobre a importância da participação feminina na política argentina, avaliação que obteve também a concordância do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

## Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discação direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

*Comissão do El Niño resulta em projeto que regula responsabilidade do poder público em relação à Defesa Civil*

## Autoridade poderá ser punida por omissão em calamidade

Punição mais ágil e efetiva das autoridades municipais, prefeitos ou vereadores, que se omitirem diante de alertas e recomendações da Defesa Civil para prevenir ou minorar as consequências de desastres naturais, tais como enchentes ou deslizamentos de terrenos, é o que prevê projeto de lei de iniciativa da comissão externa do Senado que estudou medidas de combate aos efeitos do fenômeno *El Niño*.

O projeto altera a Lei nº 1.079, que regula os crimes de

responsabilidade, bem como o Decreto-Lei nº 201, que dispõe especificamente sobre a responsabilidade de prefeitos e vereadores. A comissão foi presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), tendo o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) como relator. Contou ainda com a participação dos senadores Esper-

dião Amin (PPB-SC), autor do requerimento que levou à criação da comissão, Beni Veras (PSDB-CE), Freitas Neto (PFL-PI), João França (PPB-RR), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e José Alves (PFL-SE).

Os membros da comissão justificam a sua proposta lembrando que "a experiência tem demonstrado que desastres de

**A condenação por crime de responsabilidade implica perda do cargo e inabilitação por cinco anos para exercício de função pública**

grande repercussão poderiam ter sido evitados ou minorados se o poder público não tivesse omitido ou retardado providências oportunas e vitais". Eles consideram que muitas mortes desnecessárias ocorrem em deslizamentos de encostas, incêndios ou inundações, enquanto milhares de pessoas ficam desabrigadas, porque as

autoridades municipais, alertadas para os riscos e a necessidade de providências, nada fazem.

Os senadores destacaram no relatório final de seus trabalhos que, com esse projeto, esperam "responsabilizar e estabelecer sanções para a autoridade pública que, por omissão ou má gestão, concorrer para o agravamento desnecessário de desastres e, dessa forma, reverter o quadro de abandono e fraco desempenho da Defesa Civil em nosso país".

O Decreto-Lei 201 estabelece que a condenação definitiva por crime de responsabilidade implica perda do cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular. Se aprovado o projeto, os crimes nele previstos poderão dar punição de três meses a três anos de detenção.

## Jucá lidera esforço para manter verbas de Saúde em 1998

O senador Romero Jucá (PFL-RR) anunciou ontem que os líderes partidários da Câmara dos Deputados assinaram um documento pedindo a recomposição das verbas para a Saúde. Jucá, relator do Orçamento nas áreas de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, é autor de uma emenda equiparando os recursos para a Saúde, no próximo ano, ao valor estabelecido para o Orçamento deste ano.

- Para este ano estão previstos R\$ 20,4 bilhões para a Saúde e, para 1998, o governo quer gastar R\$ 19,1 bilhões. Esse déficit de R\$ 1,3 bilhão desrespeita a Lei de Diretrizes Orçamentárias e representará diminuição na aquisição de medicamentos, inclusive contra a Aids, e no combate a epidemias, como a malária - afirmou.

Em relação à Contribuição Provisória sobre Movimen-



Jucá é favorável à CPMF tação Financeira (CPMF), o senador defendeu a sua prorrogação, mas salientou ser preciso fazer correções na aplicação desses recursos e buscar mecanismos perenes para a manutenção do setor da saúde. "Se não tiver a CPMF, é melhor fechar o Ministério da Saúde", assinou Jucá, defendendo que os excedentes desse imposto não sejam repassados para outras finalidades.

## Benedita homenageia Betinho ao propor Dia da Ação da Cidadania

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apresentou projeto de lei que cria o Dia Nacional da Ação da Cidadania, a ser comemorado em 3 de novembro, data de nascimento do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. A data, na opinião da senadora, seria uma justa homenagem a Betinho e estimularia os brasileiros a debaterem as questões relacionadas à conquista e à ampliação da cidadania. A proposta já está na Comissão de Educação, onde será apreciada terminativamente.

Ela entende que a atuação de Betinho não se restringiu a chamar a atenção do Brasil para os que ainda passam fome e sofrem suas terríveis consequências,



Benedita estimula debate sobre cidadania

"com seqüelas irreversíveis contra o desenvolvimento de qualquer país". Conforme lembrou, o sociólogo, ao lado do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, do Movimento

pela Ética na Política, foi um dos responsáveis pelo *impeachment* do ex-presidente Collor.

Benedita da Silva ressaltou que Betinho, além de se dedicar às causas políticas e sociais, desenvolveu intenso trabalho para tornar disponível o acesso à Internet. Conforme Benedita da Silva, isso foi feito uma década antes de a Internet ser tão conhecida quanto agora.

- Graças ao trabalho incansável e às idéias de Herbert de Souza, o Betinho, o Brasil deixou de ser um pouco menos injusto e se tornou um pouco mais solidário - garantiu.

## José Ignácio defende salário-maternidade a mãe adotiva segurada

A mulher segurada da Previdência Social que adotar ou obter guarda judicial de criança de até um ano de idade também terá direito a receber salário-maternidade durante o período de 90 dias, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

A proposição, enviada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), altera a Lei 8.213, que determina a concessão de salário-maternidade para as trabalhadoras durante 28 dias antes e 92 dias depois do parto, não o estendendo, entretanto, às adotantes.

José Ignácio Ferreira lembra, na justificativa do projeto, que as servidoras públicas fe-



Ignácio: mais proteção à criança já têm assegurado o direito à licença remunerada em casos de adoção, segundo o Regime Jurídico dos Servidores Cívicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.

Senador argumenta que, se por um lado os servidores não tiveram aumento de salário, muitos patrões reajustaram os de seus empregados

## Campos pede correção da tabela do Imposto de Renda

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a necessidade de a Receita Federal promover a correção da tabela de recolhimento na fonte do Imposto de Renda de pessoas físicas. A seu ver, o governo não pode ter um peso e duas medidas: "Se a correção monetária continua a incidir sobre a Ufir - o que sinaliza o reconhecimento pelo governo da existência de inflação -, deve incidir também sobre a tabela de recolhimento na fonte do Imposto de Renda, de forma a enquadrar as diversas faixas de rendimento conforme seu efetivo poder aquisitivo".

Campos destacou que no ambiente econômico anterior, de constante desvalorização da moeda, o uso de instrumentos de indexação monetária era uma necessidade vital para o conjunto de agentes produtivos e para o próprio Estado. No entanto, na nova conjuntura, a prá-



Campos: injustiça no imposto

tica da indexação tornou-se, na sua opinião, inconveniente e concorre para o desprestígio da moeda nacional, pois reflete a existência de expectativa inflacionária.

Segundo Júlio Campos, as autoridades da Receita Federal justificam a não-correção da tabela, desde janeiro de 1996, por não haver mais

inflação e os trabalhadores não terem recebido aumentos salariais nesse período. Argumentou o senador, entretanto, que, embora "algumas categorias de trabalhadores estejam sem receber reajuste, a maioria dos empregados pela iniciativa privada recebeu aumento nos últimos dois anos". Assim, entende que uma categoria que não obteve reposição salarial sofreu perda de poder aquisitivo, devendo a incidência do IR sobre seus rendimentos reduzir-se, proporcionalmente, por meio da correção da tabela.

Quando se trata de seus créditos, o governo faz questão da atualização; quando se trata de incluir o contribuinte em uma faixa de taxação correspondente a sua renda real, o governo não permite que a correção incida, pois sem correção a renda fica sobrevalorizada e a tributação incide mais pesadamente - afirmou.

## Filantropo e religioso não devem pagar IPI de utilitário, diz Boaventura

Será apreciado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Albino Boaventura (PMDB-GO) que isenta as instituições filantrópicas e religiosas do imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos utilitários. No entendimento do autor, a isenção proposta representará significativo subsídio para as entidades de assistência social, enquanto será mínimo o ônus que recairá sobre o poder concedente.

- As entidades filantrópicas realizam a importan-

sima missão de complementar as políticas e ações oficiais. Nesse mister, a filantropia vive a eterna luta para mobilizar recursos, nem sempre conseguindo equilibrar receitas e despesas - explicou o senador.

Na opinião de Boaventura, essas entidades "são como organizações privadas oficiosas realizando ações de governo por substituição legal". Isso, conforme justificou, as credencia, legal e moralmente, a receber benefícios fiscais como apoio público ao desempenho de sua missão.

Além disso, o senador argumenta que, a partir da reorga-



Boaventura: questão de justiça  
nização do sistema, promovida pela Lei n.º 8.742, de 1993, houve recadastramento das instituições, com novos critérios e com a responsabilidade do Conselho Nacional de Assistência Social, o que, a seu ver, resultou no saneamento das entidades, conferindo-lhes confiabilidade.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre o relatório do projeto de lei da renda mínima votado na Comissão de Assuntos Econômicos (inédito)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) sobre as reformas tributária, fiscal e política (inédito)
- 9h - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Sociais (reapresentação da reunião do dia 28/10 - audiência pública sobre conselhos de fiscalização profissional)
- 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevistados: senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) e deputado Miro Teixeira (PDT-RJ)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h30 - "Fala Cidadão" (reapresentação)
- 0h30 - "Resumo da Semana"
- 1h - "Sete Dias na Política" (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

Destques da programação do fim de semana:

SÁBADO

- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação do dia 28/10 - votação da renda mínima)
- 14h - "V Fórum de Debates do Contrato Brasil" - tema: desequilíbrios regionais (inédito)

DOMINGO

- 10h - Comissão de Constituição e Justiça (reapresentação do dia 29/10 - votação das certidões gratuitas)
- 14h - "V Fórum de Debates do Contrato Brasil" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 8h45 - "Plenário em Revista"
- 9h - Sessão plenária
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária

SÁBADO

- 8h - Resenha da semana (plenário)
- 10h - Resenha da semana (plenário)
- 11h - Programa "A Música Erudita e seus Mestres"
- 15h - Resenha da semana (comissões/presidência)
- 16h - Programa "A Boa Música do Brasil"
- 22h - Programa "Século XX" (reprise)

DOMINGO

- 8h - Resenha da semana (plenário)
- 10h - Resenha da semana (comissões/presidência)
- 11h - Programa "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
- 15h - Resenha da semana (plenário)
- 16h - Resenha da semana (plenário)
- 17h - Programa "Século XX" (reprise)
- 22h - Programa "A Boa Música do Brasil" (reprise)

Obs.: Nos intervalos da programação de fim de semana, o melhor da música popular brasileira e notas informativas

*Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo, o projeto inclui desde tráfico de crianças e mulheres até crimes contra o sistema financeiro e o peculato doloso*

## Câmara recebe lei contra crime organizado

Foi encaminhado à Câmara dos Deputados projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) definindo e regulando os meios de prova e procedimentos investigatórios destinados à prevenção e à repressão dos crimes praticados por organizações criminosas.

Aprovado com emendas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo, o projeto que considera organização criminosa a associação de três ou mais pessoas com o objetivo de cometer os crimes de homicídio doloso, tráfico de entorpecentes, extorsão, ex-

**Gilvam: todo o rigor contra o crime organizado**



torção mediante seqüestro, contrabando e descaminho, tráfico de mulheres, tráfico internacional de crianças, crimes contra o sistema financeiro nacional, crimes contra a ordem tributária, crimes contra a ordem eco-

nômica e relações de consumo, moeda falsa e peculato doloso.

A proposição foi relatada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e estabelece que o Ministério Público poderá requisitar informações, exames

periciais e documentos de autoridades federais, estaduais ou municipais, de órgãos e de entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes.

Dispõe ainda que o Ministério Público poderá requisitar documentos e informações de entidades privadas e que, em qualquer fase da persecução penal, resguardado o sigilo, serão permitidos o acesso a documentos e informações eleitorais e fiscais e a documentos, livros e informações bancárias e financeiras, a escuta de comunicações telefônicas (mediante ordem judicial) e o acesso a dados.

O projeto prevê a prisão tem-

porária, pelo prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, proíbe ao condenado o direito de apelar em liberdade, dá ao juiz poderes de aumentar, até o triplo, a pena dos crimes indicados e estabelece que o início do cumprimento da pena será em regime fechado. Além disso, determina que o Ministério Público, o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários, as autoridades fazendárias e as policiais estruturam setores e equipes especializadas no combate à ação de organizações criminosas.

## Abdias quer 20% de negros no quadro do serviço público

Após ter cumprido prazo regimental para interposição de recurso, sem que houvesse manifestação dos senadores nesse sentido, seguiu para a Câmara dos Deputados projeto de lei do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) estabelecendo medidas de ação compensatória para a "implementação do princípio da isonomia social do negro", com vistas a se criar "uma verdadeira democracia racial na nação brasileira".

- O princípio da isonomia na compensação do trabalho torna moral e juridicamente imperativa uma ação compensatória, da sociedade e do Estado, destinada a indenizar, embora tardiamente, o trabalho não-remunerado do negro escravizado e o trabalho subremunerado do negro supostamente libertado a 13 de maio de 1888 - afirma o senador na justificativa.

Pelo projeto, todos os órgãos da administração pública direta e indireta são obrigados a manter, nos seus respectivos quadros de servidores, 20% de homens negros e 20% de mulheres negras, em todos os postos de trabalho e de direção.

Abdias Nascimento destaca, na justificativa do projeto, que os africanos não vieram para o Brasil livremente, como resultado de sua própria decisão. Ele argumenta que já é tempo de a nação "saldar essa dívida fundamental para com os edificadores do Brasil, acrescentando que sem o esforço do trabalho do negro este país não existiria".



Abdias: tempo de saldar a dívida

## Emília saúda comerciário, que festeja seu dia com pauta só de problemas

Ao homenagear o Dia do Comerciário, comemorado ontem, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) salientou os principais problemas enfrentados pela categoria, com destaque especial para a situação das mulheres, maioria nesse mercado.

Como as demais categorias, os comerciários enfrentam as dificuldades advindas do aumento do desemprego e do corte dos direitos previdenciários, entre eles a inviabilidade de milhões deles poderem se aposentar, dadas a adoção do critério do tempo de contribuição e a fixação de uma idade mínima "inatingível para eles, que começam a trabalhar bem mais cedo", disse.

Emília Fernandes ressaltou, ainda, a exploração do trabalho infante-juvenil e o contrato temporário de trabalho, "que corta direitos sociais adquiridos e promove a rotatividade da mão-de-obra". Aprovado ontem na Comissão



Emília: trabalho aos domingos não é solução

de Assuntos Sociais (CAS), o contrato, a seu ver, desestimularia a qualificação profissional, criando "trabalhadores de segunda classe".

Além dessas dificuldades, os comerciários preocupam-se com uma questão específica: a abertura do comércio aos domingos, adotada por medida provisória que, na opinião da senadora, reflete uma fórmula equivocada de gerar empregos. Emília Fernandes anunciou que requererá audiência pública no âmbito da

Comissão de Assuntos Sociais, com a participação de representantes do governo, empresários e trabalhadores no comércio.

Conforme a senadora, esses problemas se agravam no caso das comerciárias, que enfrentam extensas jornadas de trabalho ganhando salários mais baixos do que os pagos aos homens e "sem o apoio necessário ao exercício da profissão, como a existência de creches para seus filhos".